



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - BACHARELADO

Gladis Rodrigues dos Santos

A Preparação do Intérprete e sua Atuação na Pastoral dos Surdos de Curitiba

Joinville/SC

2018

A Preparação do Intérprete e sua Atuação na Pastoral dos Surdos de Curitiba

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a conclusão do curso de Graduação Bacharelado em Letras Libras.

Professor Orientador: Professor Me. Alexandre Bet da Rosa Cardoso.

Professora coorientadora: Professora/Tutora Laura Serpa Dias

Joinville/SC

2018

Para o meu filho Nikolas, que é a razão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado forças e guiado meu caminho nesta nova etapa da minha vida.

À minha amada mãe Lucia, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao meu filho Nikolas, por ter nascido surdo despertou em mim a vontade e necessidade de aprender Libras.

À querida Sandra do Nascimento (Madrinha do meu filho Nikolas) que além de aprender Libras para se comunicar com o afilhado, cuidou dele para que fosse possível as minhas idas as aulas do Letras-Libras em Joinville-SC. Gratidão!

À querida Professora/Tutora e coorientadora Laura Serpa, pela incansável dedicação, sabedoria e paciência em transmitir seus conhecimentos, sempre incentivando da maneira mais bonita. Obrigada por acreditar e me fazer acreditar que eu conseguiria chegar até aqui.

Ao Professor orientador Alexandre Bet, pelas orientações, paciência e conselhos durante o processo deste.

Ao Padre surdo Wilson Czaia (Pastoral dos Surdos de Curitiba), por transmitir seus ensinamentos com sabedoria, auxiliando a desenvolver a espiritualidade da Comunidade Surda e seus familiares.

Ao amigo surdo Rafael Cunha (coordenador da Pastoral dos Surdos de Curitiba), por tanto carinho e dedicação colaborando para que este trabalho fosse concluído.

Aos TILS da Pastoral dos Surdos de Curitiba, que prontamente participaram respondendo a pesquisa relacionada a este trabalho.

Aos amigos surdos e ouvintes do Letras-Libras, pelo incentivo, apoio e trocas de experiências que levarei para a vida.

À UFSC e Professores que oportunizaram conhecimentos e experiências, contribuindo para o meu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Ao meu querido amigo e companheiro de estudos do Letras-Libras, Célio Vichoski (*in memoriam*) que desde o início me incentivou, sempre dividindo seus conhecimentos com tanto carinho e paciência.

RESUMO

No que concerne à questão da preparação do intérprete e sua atuação na Pastoral dos Surdos de Curitiba, almejamos desenvolver um levantamento de como ocorre a formação/preparação dos Tradutores e Intérpretes de Libras (TILS), bem como sua atuação na Pastoral dos Surdos de Curitiba. Para isso, será primordial conceituar as principais dificuldades encontradas pelo TILS no contexto religioso. Na Pastoral dos Surdos de Curitiba tem um número reduzido de TILS que atuam de forma voluntária na área religiosa. A maior parte não possui uma formação específica, adquirindo e desenvolvendo a Libras em contato com a Comunidade Surda ou, ainda, capacitam-se em cursos técnicos ou de graduação. Nesse sentido, objetivamos identificar as principais dificuldades encontradas pelos TILS no contexto religioso, como a formação/preparação para atuar na Pastoral dos Surdos de Curitiba. Também analisaremos a questão da falta de intérprete com trabalho voluntário para atuar na igreja. A Pastoral dos Surdos é uma ação não governamental que está presente em várias localidades do Brasil que atua na formação política e religiosa dos surdos através de eventos, exposições e, sobretudo, em cerimônias e missas.

Palavras-chave: Intérpretes. Pastoral dos Surdos. Formação. Libras

ABSTRACT

With regard to the question of the preparation of the interpreter and your performance in the Pastoral care of the deaf of Curitiba, we aim to develop a survey of as training/preparation of Translators and Interpreters of Libras, as well as your performance in the Pastoral care of Deaf of Curitiba. For this, will be the main difficulties encountered conceptualizing primary by Translators and Interpreters of Libras in the religious context. On the Pastoral care of the deaf of Curitiba has a reduced number of that act voluntarily in the religious area. Most do not have specific training, acquiring and developing the Libras in contact with the deaf community, or empower themselves in technical courses or graduation. To this end, we aim to identify the main difficulties encountered by the Translators and Interpreters of Libras in the religious context, such as the formation/preparation to work in Pastoral care of deaf people of Curitiba. Also we will look at the issue of lack of interpreter with volunteer work to serve in the Church. The Pastoral care of the deaf is a non-governmental action is present in several locations in Brazil's political and religious training of the deaf through events, exhibitions and, especially, in how ceremonies and masses.

Keywords: Interpreters. Pastoral Care of the deaf. Formation. Libras

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O CONTEXTO GERAL E RELIGIOSO DA EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA	8
1.2 O Processo Educacional dos Surdos.....	10
2. A HISTORICIDADE DA LIBRAS NO BRASIL.....	14
3. OS SURDOS, AS (IN)CAPACIDADES E O SURGIMENTO DA LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO SÓCIO-RELIGIOSO.....	18
4. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AO SURDO NO BRASIL ...	22
4.1 Percurso Histórico da Criação da Pastoral dos Surdos de Curitiba....	23
5. A PESQUISA	25
6. ANÁLISE DOS DADOS	26
CONCLUSÃO.....	30
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

Diante da questão da preparação do intérprete e sua atuação na Pastoral dos Surdos de Curitiba, buscamos fazer um levantamento de como acontece à formação/preparação do TILS (Tradutores e Intérpretes de Libras), bem como sua atuação na igreja - Pastoral dos Surdos de Curitiba. Para tanto, é necessário conceituar as principais dificuldades encontradas pelos TILS no contexto religioso.

Na Pastoral dos Surdos de Curitiba tem um número reduzido de TILS que atuam de forma voluntária na área religiosa. A grande maioria não possui uma formação específica, mas em contato com a Comunidade Surda, adquirem e desenvolvem a Língua de Sinais, assim doam seu tempo para que surdos tenham acessibilidade, auxiliando a desenvolver sua espiritualidade.

Nesse viés, objetivamos identificar as principais dificuldades encontradas pelo TILS no contexto religioso, como a formação/preparação para atuar na igreja, mais precisamente na Pastoral dos Surdos de Curitiba. Também analisaremos a questão da falta de intérprete com trabalho voluntário para atuar na igreja.

A Pastoral dos Surdos é uma ação não governamental que está presente em várias localidades do Brasil que atua na formação política e religiosa dos surdos através de eventos, exposições e, sobretudo, em cerimônias como culto e missas (EFFATA - Pastoral do Surdo Nacional).

Pela grande quantidade de surdos que se motivaram a participar desse grande movimento, também ouvintes sentiram-se curiosos para conhecer a cultura das pessoas que usam a Libras. Muitas dessas pessoas sentiram necessidade de atuar voluntariamente como intérpretes, muitas vezes sem ter a possibilidade de ter uma formação específica para isso. Sendo assim este trabalho justifica-se pela necessidade de saber como estes intérpretes constituíram-se e muitos deles com o passar dos anos se tornaram profissionais na área de tradução e interpretação de Libras.

Para o presente trabalho optamos por uma pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório, mas também nos utilizamos de um estudo de caso, por meio de uma pesquisa de campo, em forma de entrevista, dirigida aos TILS da Pastoral dos Surdos de Curitiba, a fim de tecer um breve panorama sobre as questões relacionadas ao trabalho dos TILS com Libras no contexto religioso, bem como das ações da Pastoral dos Surdos e do Estado, após sua institucionalização no Brasil.

1. O CONTEXTO GERAL E RELIGIOSO DA EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA

No Brasil, a educação especial começou com D. Pedro II trazendo da França, em 1855, um professor surdo para promover ensino aos alunos também surdos. Nos tempos de Getúlio Vargas tanto a educação regular como a especial não conseguiram êxito no seu propósito, visto que nas décadas de 50, 60 e 70 o índice de reprovação era muito grande e os olhos políticos quase não eram voltados para a educação dos surdos. Nestas décadas o número de entidades privadas foi crescendo, mas ainda insuficientes para o número de pessoas com algum tipo de deficiência, visto a morosidade pelo desinteresse à educação não apenas dos surdos, mas de todo o alunado com alguma deficiência.

Sob a argumentação de que essa privatização possui um alto significado na qualificação do ensino brasileiro. Houve um aumento das vagas em instituições privadas, em descompasso com a lentidão desse mesmo crescimento nas escolas do ensino público. (Borges, 2006, p. 76).

Com essa proliferação de instituições particulares para a educação especial, o Estado se isentou da responsabilidade de oferecer sequer o ensino, que dizer de qualidade, para as crianças com deficiência, o que possibilitou a privatização de escolas regulares. Na verdade, essa privatização não responde apenas vantagens financeiras, o que já seria um absurdo, mas sim, atende diretamente a incapacidade de nosso sistema educacional em atender os alunos que são considerados diferentes da maioria (BORGES, 2006, p. 40).

Conforme Silva (2012), no contexto religioso brasileiro, a educação do surdo iniciou-se em 1950, quando recebeu a contribuição e a dedicação do Padre Eugênio Oates, bem como do Monsenhor Vicente Penido Burnier. Com a passagem do tempo, apareceram indivíduos e instituições que lutaram pela inclusão dos surdos no âmbito social (SILVA, 2012).

É importante ressaltar que nas variadas instituições ou organizações, bem como nas comunidades em geral, há indivíduos com variadas maneiras de agir, pensar, raciocinar ou, ainda, de expressar seus sentimentos ou pensamentos. A Igreja Católica, no papel de instituição social, originou um grupo destinado a evangelizar os surdos, o qual recebeu o nome de Pastoral dos Surdos (SILVA, 2012).

Em 1961 é aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que visava atender as exigências educacionais em todo território brasileiro, orientando que os alunos com

deficiência deveriam estudar preferencialmente em escolas regulares. Nesse sentido, Borges (2006) elabora sua crítica:

“Ademais não basta que a escola seja integradora, mas toda a sociedade. E se a escola não possibilita ao menos o convívio dos diferentes, como esperar um tratamento fora dela com pessoas que não vivenciaram e construíram suas representações sobre as diferenças no ambiente escolar?” (Borges, 2006, p. 42).

Podemos perceber na atualidade que a terminologia foi modificada várias vezes, houve também reformulações nas LDBs de 1971 e de 1996, mas as mudanças ocorridas na política da educação especial não atendem ainda os direitos deste grupo social quando se trata de formação de professores, acessibilidade e adaptações curriculares nas unidades escolares.

Outro fato que não podemos deixar de mencionar é a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade ocorrida na Espanha em 1994, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Ministério da Educação e Ciência da Espanha, que resultou na Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, publicado no Brasil pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Este documento reafirma:

O direito de todas as pessoas à educação, conforme a Declaração de Direitos Humanos, de 1948, e renovando o empenho da comunidade mundial, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, de garantir esse direito a todos, independentemente de suas diferenças particulares (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS, 1994, p. 9).

Dessa forma, deve ser entendido que existe responsabilidade da sociedade em promover a convivência e educação entre todos. No entanto, ainda hoje (2010) observamos frequentemente à exclusão da pessoa com deficiência do seu meio, pois, em muitos casos a sociedade cria condições de incapacidade por ações discriminatórias e preconceituosas dirigidas por padrões de normalidade. Em outras palavras é “*Estar presente, não fazer parte*”, no dizer de Borges (2006, p. 46).

Preferimos acreditar que a essa política de aproximação que procura promover a

convivência entre todos possa contribuir, pelo menos, na formação de uma cultura de tolerância à pessoa com deficiência.

No ano de 2002 foi regulamentada a lei nº 10.436, no dia 24 de Abril, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. (Presidente da República – Casa Civil).

Tendo em vista a necessidade do povo surdo se comunicar, após a regulamentação da Libras, apesar de muitas tentativas de em tempos passados esta forma de comunicação ter sido quase extinguida, foi vista por parte das políticas publicas a necessidade de um povo que suas necessidades não podiam ser mais adiadas, pois, já havia sido aprovada a inclusão dos alunos com necessidades especiais em escolas do ensino regular. Com isso foi decretado e regulamentado por parte da presidência da república através da Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002 a Libras como a língua que ao surdo poderia ser ensinada.

Neste decreto foram publicados dez capítulos que tratam da inclusão de Libras como disciplina curricular de cursos superiores; Formação do professor e instrutor em Libras, sabendo-se que a preferência desta formação é principalmente para alunos surdos; A difusão de Libras e língua portuguesa para o acesso das pessoas surdas a educação; Da formação do tradutor e do intérprete de Libras; Língua portuguesa, a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva; A garantia da saúde; do papel do poder público que detém concessão ou permissão de serviços públicos; E no apoio ao uso a difusão de Libras, para que a sociedade possa se inteirar e saber que o povo surdo não pode ser privado da convivência junto a eles por causa da comunicação.

1.2 O PROCESSO EDUCACIONAL DOS SURDOS

A prática da construção social das pessoas não pode deixar de existir, pois disso depende o próprio desenvolvimento individual e coletivo, segundo as teorias interacionistas. Obviamente, esse processo também é fundamental na socialização das pessoas surdas com as ouvintes.

Décadas atrás, os surdos eram tratados como doentes excluídos e separados do meio social, mas comparando com os nossos dias podemos observar que mudanças significativas ocorreram. A inclusão social vem quebrando barreiras, apesar de ainda existirem muitas diferenças e desigualdades.

Boa parte das transformações sociais ocorre graças à organização e luta dos surdos e de seus familiares, criando oportunidades para que mostrem seus valores, suas capacidades físicas e mentais, comunicando-se por meio da Libras.

Mesmo assim, ocorrem barreiras entre os indivíduos, as quais impedem ou dificultam um bom relacionamento, pois as pessoas ouvintes são limitadas para entenderem a comunicação por Libras.

De maneira geral, a partir do momento em que foi dado ou conquistado o direito às crianças com algum tipo de deficiência frequentar escolas regulares é proporcionado também o direito das crianças com e sem deficiência aprenderem umas com as outras. No entanto, para garantirmos que essa mudança se efetive precisamos ficar atentos e tentarmos levar os pais destas crianças para a escola, dando-lhes a oportunidade de novas descobertas juntamente com os filhos. Para que haja esta interação é preciso ter escolas e profissionais preparados para atendê-los.

De acordo com Silva (2003) percebe-se na educação especial a falta de investimento financeiro para a criação das condições necessárias ao ensino do seu alunado, o que acaba por atrapalhar o desenvolvimento destas crianças nas escolas em que frequentam, pois, pela visão política, é uma classe que não dá retorno pela crença de tratar-se de pessoas que não têm capacidade para o desenvolvimento de sua vida social.

Nesse sentido, o resultado educacional dessa postura ideológica é a seguinte:

Longe de desenvolver as múltiplas habilidades dos alunos, a escola - ao reproduzir uma diferença que é socialmente valorizada, tendo em vista a indústria e a produção - torna-se monolítica, valorizando as características de seus alunos que julgam naturais como o destino, perpetuando, assim, os valores sociais. (CROCHICK *apud* BORGES, 2006, p. 33).

Desde os tempos antigos, as pessoas com algum tipo de deficiência sofreram algum tipo de preconceito, independente da família que faziam parte, pois já foram sacrificadas, taxadas como possuidoras de espírito maligno, incapazes, etc. Dessa forma, foram sempre excluídas da sociedade, que dizer, então, da sua escolarização: nunca podiam ir à escola devido ao preconceito enraizado socialmente.

Posteriormente, aconteceram algumas discussões acerca da alfabetização das crianças surdas:

No século XIX, algumas iniciativas demonstraram uma preocupação maior com o ensino e as possibilidades desse se dar de alguma forma “especial”, diferente. No ano de 1817, foi fundado um estabelecimento que ficou reconhecido por praticar e difundir as possibilidades do bilinguismo, adotando a língua de sinais, com destaque também alguns professores surdos. Com isso houve uma ampliação significativa da alfabetização desses educando nos Estados Unidos e na Europa. (BORGES, 2006, p. 87).

Silva (2003) afirma que “Por acreditar que a comunicação deve ser privilegiada e não a língua” acreditamos que a fala expressada por meio de sinais não deve ser menosprezada, e sim valorizada, pois é a forma que possibilita a comunicação. Isso significa respeitar a maneira como os surdos se comunicam, pois através de uma boa comunicação é possível nos inteirar daquilo que precisamos saber. Segundo Luchesi (2003) estudos ressaltam que a “aquisição precoce da Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerada “língua natural dos surdos” – é fator fundamental não só para a constituição da identidade surda e o desenvolvimento cognitivo, como também para a comunicação, a interação e o ajustamento social.” (p. 17).

A vida escolar da comunidade surda foi marcada por diferentes posicionamentos, pois apesar de ser necessário o incentivo da Libras, segundo Silva (2003) “Após o II Congresso Internacional de Surdos-Mudos, realizado em Milão, Itália, em 1880, impôs-se a posição oralista e ficou determinada uma metodologia puramente oralista na educação dos surdos, baseando-se na tese de que a pessoa surda só pode se integrar em nossa sociedade se ela aprender a falar” (p. 40).

Com tudo isso, a criança surda teve o seu ingresso na escola dificultado, pois, primeiramente, teria que falar como o ouvinte e essa é uma ação extremamente complexa para o surdo, que necessita ser exercitada desde tenra idade. Concordando com a metodologia oralista, até os religiosos eram contra a Libras, pois assim os surdos não poderiam se confessar perante eles devido a ausência de fala.

Com esta imposição de uma única forma para aprender a comunicar-se foi desconstruindo-se aquilo que era sonho para alguns, dificultando ainda mais a relação entre surdos e ouvintes.

No Brasil, a partir de 1875, todos que tinham algum tipo de deficiência, eram tidos como iguais, não eram consideradas suas especificidades e, por isso, dentre tantos habitantes com algum tipo de deficiência poucos recebiam algum tipo de educação formal. Ainda assim, segundo Borges (2006), esse atendimento ocorria com uma visão médica sobre a deficiência,

muito distante de se caracterizar como um ambiente educacional. O local onde estavam não eram adequados para uma boa educação, porque se tratava de espaços onde médicos tentavam estudar estas crianças para determinarem qual era o tipo de comportamento que adquiriam em função da sua deficiência.

Ressaltamos que a partir do II Congresso Internacional de Surdos- Mudos foi proibido dentro dos estabelecimentos de ensino outros tipos de língua que não fosse a comunicação oralizada, trazendo como consequência mais dificuldades para o acesso às escolas e ao meio social pelas crianças surdas. Mas, pela sequência dos fatos, consta-se que esta foi uma escolha que não deu certo, pois trouxe pouco sucesso aos educandos devido às dificuldades encontradas pelos alunos para se comunicar fora da escola, em virtude de a sociedade não entender e nem conhecer a sua forma de comunicação.

Para Silva (2003), três maneiras estiveram presentes no processo educacional dos educandos surdos:

A oralista – postula que a educação do surdo deveria ser feita somente através da oralização; a comunicação total – orientação que utiliza todas as formas de comunicação possíveis na educação dos surdos, por acreditar que a comunicação deve ser privilegiada e não a língua; e a orientação bilíngue – defende a aprendizagem da língua de sinais, como primeira língua, por todas as pessoas surdas e o seu uso no processo de educação subsidiando todas as práticas educativas desse alunado (SILVA, 2003, PP. 39 e 49).

Lacerda citada por Silva (2003) afirma que a finalidade da educação bilíngue “É que a criança surda possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico equivalente na criança ouvinte, e que possa desenvolver uma relação harmoniosa também com ouvintes, pelo acesso as duas línguas: a língua de sinais e a língua majoritária”. (p.42 e 43)

Goldfeld citado por Silva (2003) afirma que “o conceito mais importante que a filosofia bilíngue traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias” (p.43), ou seja, com o domínio de duas línguas (de sinais e a majoritária) a criança surda terá mais liberdade entre os ouvintes, formando a partir daí uma comunidade com suas próprias culturas, dando a certeza de que são capazes de construir uma história e mudar todo o passado com suas capacidades.

O respeito a Libras não é a necessidade somente dos surdos do nosso país, mas de toda a humanidade para, assim, praticarmos a aceitação e respeito, pois ainda nos dias de hoje são vistos com preconceito.

2. A HISTORICIDADE DA LIBRAS NO BRASIL

Nesse tópico, faremos um breve percurso histórico sobre a Libras no Brasil. Destacaremos também algumas leis e decretos que possibilitaram que esta área de estudos fosse reconhecida legalmente, como forma de comunicação oficial das pessoas surdas. Pretendemos apontar fatores mais relevantes que servirão de apoio para captação do processo de construção da Libras no Brasil, levando em conta que existe surdo desde os primórdios, assim, torna-se necessário à existência de uma Língua materna (L1).

Sabemos que nem sempre a Libras utilizada por comunidades surdas, foi respeitada, embora alguns estudiosos tenham lutado e comunidades surdas continuam batalhando pelo direito de terem sua própria língua. A visão preconceituosa de algumas pessoas que consideram a surdez uma deficiência provocou durante muito tempo a não possibilidade de a criança surda constituir sua língua no mesmo momento em que por ela foi constituída.

Segundo pesquisas realizadas por Maia e Veloso (2009, p. 27), por intermédio de registros da história dos surdos, a história segue em quatro grandes períodos: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Os primeiros registros da existência de pessoas surdas tiveram início no antigo Egito há quase 4.000 anos A.C., consideravam essas pessoas como sendo “criaturas privilegiadas, enviados dos deuses.” Assim, essas pessoas eram vistas e adoradas como santidades, porém, em outros registros no início da Idade Média, na Grécia, eles eram vistos com desprezo, e que de alguma forma um peso para a sociedade e, por isso, eram exterminados. Assim, como alguns filósofos Heródoto, Aristóteles e Sócrates enxergavam os surdos como incapazes de raciocinarem.

Em nosso país, já havia surdos antes mesmo da colonização, e não sendo diferentes de outros lugares os mesmos eram deixados a margem da sociedade, pois, eram vistos como pessoas sem razão (LEITE, 2004).

Segundo o que consta nos estudos feitos pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS (S/D) o Imperador Dom Pedro II, deixou a cargo a pedido de Hernest Huet, o Marque d’Abrantes para este que estabelecesse uma equipe para originar a fundação da primeira instituição para surdos no Brasil.

Como não existiam escolas especiais no Brasil, Huet requereu a fundação de uma escola especial. Em 26 de setembro de 1857, foi fundada, no Rio de Janeiro, o Instituto de Educação de Surdo – hoje o atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, a primeira escola especializada na educação de surdos do Brasil. Foi aprovada a Lei de nº 939,

que proporcionava ao Instituto e aos alunos, uma verba que era destinada para auxílio e continuidade do Instituto. A grande parte dos alunos era de diversas partes do país com isso trazia com eles os sinais caseiros (regionais). As primeiras disciplinas oferecidas eram: português, história, aritmética, geografia, leitura de lábios para os que tivessem capacidade e língua articulada.

Segundo estudos realizados pela FENEIS (S/D) no de 1861, Huet por motivos familiares não permaneceu a frente da coordenação do Instituto, em decorrência desse fato vendeu seus direitos para o Imperador Dom Pedro II, que colocou em seu lugar o Dr. Manuel de Magalhães Couto, o mesmo não tinha nenhuma especialização em surdez, que por sua vez não soube administrar o Instituto que depois de uma vistoria do governo no ano de 1868, foi classificado como abrigo, Magalhães é demitido e em seu lugar toma posse o médico sergipano Tobias Rabello Leite.

O trabalho feito por Leite surpreendeu tanto que o governo tornou obrigatória a aprendizagem da fala e a leitura labial. No entanto, a leitura labial e a escrita só poderiam ser ensinadas para aqueles que apresentassem bons rendimentos durante o curso para não prejudicar sua escrita. Essa decisão foi aderida por influência do Congresso de Milão. No entanto, o INES adotou somente em 1911, o método de tendência mundial/oralidade em sua aula, porém, no ano de 1957, a língua de sinais foi proibida.

De acordo com Honora e Frizanco (2009), após a saída de Leite o Instituto teve como gestor, durante 17 anos, o Dr. Armando Paiva Lacerda, com o método oralista que fortaleceu ainda mais a sua criação “Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo”. Seu interesse era criar, a maior quantidade possível de salas homogêneas, para tal, exigiu que todos os alunos passassem por um teste que serviria para classificá-los por nível de inteligência e aptidão para a oralização antes de serem enviados para sala de aula, que eram classificadas em: sala de alunos surdos-mudos completos; surdos incompletos; surdos propriamente ditos e semi-surdos.

Segundo Leite (2004), a Língua Brasileira de Sinais que conhecemos atualmente como Libras surgiu nas antigas escolas especiais e o ensino consistia fundamentalmente no uso de um alfabeto manual e de um sistema sinalizado procedido da Língua de Sinais Francesa (LSF). Porém, é importante lembrar que em 1875, segundo Maia e Veloso (2009) aqui no Brasil, houve a primeira publicação de um dicionário de Libras. Este realizado por Flausino José da Gama, um ex-aluno surdo do INES. Demonstrando como o uso da Libras já estava presente na educação dos surdos, já haviam conquistado um espaço na sociedade, até que os

oralistas interferiram com suas deliberações cheias de interesses políticos e decretaram a proibição da Libras no ano de 1957.

Segundo Maia e Veloso (2009), o período conturbado do oralismo passou por fases de insucesso, e graças à persistência dos apoiadores da Libras, conseguiram no Congresso Mundial de Surdos ocorrido em Paris no ano de 1971, que a Libras fosse novamente valorizada.

A partir dos resultados positivos desse Congresso, estudos feitos pela FENEIS (S/D), deram início às discussões a respeito do bilinguismo para surdos. No Brasil, há os registros que mostram que esse debate teve início na década de 1980, após pesquisas realizadas pelas professoras Lucinda Ferreira Brito e Eulália Fernandes sobre a educação dos surdos no Brasil.

Ambas as pesquisas seguiram o modelo internacional de abreviação das línguas de sinais. Desse modo, a primeira nomeação da Língua Brasileira de Sinais foi “Língua de Sinais dos Centros Urbanos Brasileiros – LSCB” e posteriormente no ano de 1994, criado pela própria comunidade surda passa a empregar a abreviação Libras.

A lei sancionada em 24 de abril de 2002 dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras é a Lei nº 10436 e a Lei nº 10.098, de 19-12-2002. O art. 1º dispõe a legalidade de Libras: “[...] é reconhecida como recurso legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela é associados”. (C.F. BRASIL, Art.1º). Estas leis, que dão direito aos surdos, a condição de serem respeitados como cidadãos brasileiros, no entanto como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza viso-espacial, com composição gramatical própria, estabelece um sistema linguístico de transmissão de ideias, fatos e, portanto, de sentidos, através de comunidade de pessoas surdas do Brasil.

Segundo o decreto nº 5.626/2005, regulamentada na Lei 10.436/2002 que diz seu art. 2º da Constituição Federal: foi com esse decreto, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que a comunidade surda brasileira teve a conquista, a promulgação de um decreto que tornaria, a partir dessa data, indispensável à inclusão da disciplina (Libras) nos cursos de formação de professores, tanto para o magistério como para o ensino superior nos cursos de Letras, Pedagogia, Educação Especial e Fonoaudiologia, no entanto, ainda são poucos os profissionais preocupados em aprender essa nova Língua.

Considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage como o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

A língua de sinais é a língua natural dos surdos e sua estrutura permite expressar qualquer conceito como o descritivo, racial, literal, concreto e abstrato. Assim, como outras deficiências a surdez existe desde os primórdios. Desse modo, tem haver uma maior valorização na Língua materna dos surdos, assim, de acordo com Veloso e Maia (2009) a Libras como outra língua possui expressões que são diversas de uma região para outra “[...] o que a legitima ainda mais como língua [...]” que é utilizada pelas comunidades surdas, que nem sempre é respeitada pelos ouvintes, porém, a comunidade surda vem lutando e conquistando o direito de terem sua própria Língua que é garantida por Lei.

Ainda nos dias de hoje há preconceito da parte de pessoas que acreditam que uma criança surda não é capaz de constituir sua Língua materna (L1) e por meio desta aprender sua Língua Portuguesa (L2). Embora saibamos que a audição é um importante aliado para a socialização da criança no meio no qual vive, não significa que a falta da mesma irá privá-la de uma vida social.

Para os que apoiam essa comunidade o saber da Libras é a construção da identidade surda, já que não é ouvinte. Assim como a uma troca de conhecimento no diálogo de dois sujeitos ouvintes, há também uma aquisição de conhecimento no encontro de dois sujeitos surdos, pois a Libras como qualquer outra possibilita compartilhar a cultura.

Compreendemos que a criança surda que tem contato com a Libras mais cedo terá maior facilidade para a absorção para expor suas necessidades e pensamentos, ativando o desenvolvimento da língua e a interação social. Assim, para conseguir se comunicar e interagir em Libras é necessário não apenas conhecer os sinais, mas também toda sua gramática, sua cultura, e inserir-se no mundo da língua que norteia pela modalidade visoespacial.

QUADROS (2004) Explica que os primeiros intérpretes de Língua em trabalhos religiosos surgiram por volta dos anos 80, nesta época o intérprete era definido como um sujeito que toma a posição de sinalizante ou falante, transmitindo pensamentos, palavras e emoções do sinalizante.

3. OS SURDOS, AS (IN)CAPACIDADES E O SURGIMENTO DA LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO SÓCIO-RELIGIOSO

Para compreender a inclusão do indivíduo com surdez, buscamos sua historicidade a partir da era antiga, pois nesse período variava de acordo com a cultura de cada sociedade. Na Grécia antiga, como dissemos no capítulo anterior, por exemplo, assim como Roma, a pessoa surda, não era considerada como ser humano, pois a fala era resultado do pensamento. Nesse sentido, aquele que não manifestava seu pensamento não era humano. Portanto, não possuía direitos a respeito dos estudos, da herança, até mesmo de frequentar os mesmos lugares que os ouvintes. “Os surdos eram privados também de casar, isto era fato até meados do século XII” (BOTELHO, 1998, p. 121).

De acordo com Botelho (1998), Aristóteles via o surdo como um incapacitado, pois este afirmava que um dos órgãos mais importante para educar uma pessoa era o ouvido, o que colaborou para que o surdo fosse totalmente excluído dos ensinamentos na época, pois não podia receber qualquer instrução.

Assim o autor coloca que nos idos da Idade Média, a Igreja Católica também contribuiu para que houvesse a discriminação em relação à pessoa com deficiência, pois aquele que não se apresentava o porte físico como “imagem e semelhança de Deus”, não se encaixavam no padrão estabelecido pelas regras da Igreja, estes eram deixados à margem da sociedade, dessa forma, não eram considerados como seres humanos, provinham do demônio. De certa forma, trazia algum incomodo para a Igreja, principalmente em relação a famílias carentes.

[...] Grande era a influência exercida pela Igreja Católica na vida de toda a sociedade da época, sempre em função daqueles que detinham poder econômico. Dessa maneira, sempre tinha uma forma diferenciada para atender os Surdos nobres, preservando assim o círculo para não ser interrompido. Possuindo uma língua, eles participariam dos ritos, fazer os sacramentos e, conseqüentemente, manter suas almas mortais. Além disso, não perderiam suas posições e poderiam continuar ajudando a Santa Madre Igreja (BOTELHO, 1998, p. 74).

Nesse contexto, conforme a explicação, a sociedade era composta por feudos, uma vez que a nobreza, para não dividir seus bens com outras castas, realizava casamentos entre si, dessa forma, ocasionava um número muito grande de pessoas com surdez entre eles. Na

época, por não possuir uma língua que se fizesse inteligível, os surdos ficavam sem confessar. Nesse entendimento, suas almas foram consideradas mortais, uma vez que estes não podiam falar os sacramentos.

A partir daí surgiu a primeira tentativa para realizar a educação propriamente para surdo, iniciando através de orientação baseada na linguagem desenvolvida pelos monges que viviam em clausura, tudo isso por causa do Voto de Silêncio que haviam feito para não passar os conhecimentos adquiridos pela leitura realizada nos livros sagrados. Estes criaram uma linguagem própria, desenvolvida através de gestos para que houvesse uma comunicação entre eles, a igreja Católica utilizou desse conhecimento solicitando que os monges tornassem os preceptores dos Surdos passando conhecimentos.

[...] Até o século XV, os Surdos – bem como todos os outros deficientes – tornaram-se alvo da Medicina e da religião católica. A primeira estava mais interessada em suas pesquisas e a segunda, em promover a caridade com pessoas tão desafortunadas, pois para ela a doença representava punição (QUADROS, 1997, p. 67).

Desta maneira, foi somente a partir do final da Idade Média que os dados em relação à educação e à vida do Surdo tornaram-se mais disponíveis. A partir daí se inicia os primeiros trabalhos no sentido de educar a criança surda e integrá-la na sociedade.

Nos relatos de Thoma (2002), no ocidente, os primeiros educadores de pessoas surdas, com registros encontrados, surgiram a partir do século XVI. Destacando neste campo, o médico matemático e astrólogo italiano Girolamo Cardano (1501-1576), em função do seu primogênito que nasceu Surdo. Esse astrólogo afirmava que a surdez não impedia aos surdos de receberem instrução.

Essa afirmação somente foi feita a partir de várias pesquisas realizadas por ele, comprovando que a escrita representava os sons da fala ou pensamento da pessoa surda.

Uma década depois, segundo Thoma (2002), Pedro Ponce de Leon (1510-1584), um dos monges Beneditino que viveu em um monastério na Espanha, em função do Voto do Silêncio que praticavam, utilizava de sinais rudimentares para se comunicar no monastério. Ainda nessa época, uma autora Sueca Strnadová, que era surda deixa pela primeira vez um registro fazendo o uso do alfabeto manual afirmando: “Não conversavam entre si em voz alta, porém seus dedos tagarelavam”.

“Eram monges, mas não eram bobos”. Devido essa falta de comunicação existente nesse mosteiro nasce uma nova forma de comunicação, perceptíveis na atualidade na forma como os surdos se comunicam.

[...] Existem registros sobre uma família espanhola que deixou muitos descendentes Surdos pelo costume, já existente na época, de se casarem entre si, pois não gostavam de dividir os bens com estranhos. Dentre os descendentes dessa família, alguns foram para o mosteiro de Ponce de Leon e lá, junto dele, deram origem a Língua de Sinais (REGO, 2013 apud THOMA, 2002, p. 78).

De acordo com a autora, nesse mosteiro, Ponce de Leon deu início na forma de se comunicar pelos gestos, como tutor dos Surdos e foi reconhecido pelo trabalho então desenvolvido, uma vez que ficou provado que a pessoa Surda tinha capacidade de se comunicar, contrariando a afirmação feita por Aristóteles, pois seus alunos se destacaram como alunos brilhantes no domínio das áreas das ciências, tanto no campo da Filosofia, como da História, da Matemática e de outras ciências, trazendo méritos para esse monastério, principalmente para Ponce de Leon em toda a Europa, apesar do pouco registro desse método, esse trabalho dava início através da escrita, utilizando primeiro os nomes dos objetos, para em seguida fazer o ensino da fala, começando pelos fonemas.

[...] A classe da nobreza preocupava com o nascimento do seu primogênito, pois se este nascesse Surdo, dava início imediatamente na sua educação, uma vez que os primogênitos com surdez não podiam receber a herança se não aprendessem a falar, o que colocava em risco toda a riqueza da família. Se aprendesse a se comunicar teriam garantidos sua posição e seu reconhecimento como cidadão (REGO, 2013 apud THOMA, 2002, p. 78).

Dessa forma, foi paulatinamente desenvolvendo a educação dos surdos em função da classe nobre. Já no século XVI, aconteceu a grande revolução compreendida pela concepção de que a pessoa para manifestar seus pensamentos não tinha necessidade de ouvir as palavras. No que diz respeito aos trabalhos realizados pelas instituições, Thoma (2002), coloca que somente começam a aparecer no final do século XVIII. Até esta data quem realizava esta

atividade eram os preceptores, dentre eles: os médicos, religiosos ou gramáticos, pois até 1750, a maioria dos que nasceram Surdos não eram alfabetizados ou instruídos.

Segundo Poker (2001, p. 31), “a educação dos Surdos nos Estados Unidos foi inserida com mais dificuldade do que na Europa”, uma vez que inicialmente não foram repassados os métodos de ensino. Somente 50 anos depois, o interesse por esse método partiu de Thomas Gallaudet, que procurou pesquisar o método conhecendo o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, que a partir daí, iniciou um estágio e conheceu Laurent Clerc (1785-1869), um professor surdo da escola.

Com esse aprendizado a convite de Gallaudet, o professor Clerc retornou junto para os Estados Unidos e, em 1816 fundou-se a primeira escola pública para surdos em abril de 1817, com o nome de Hartford School. Deram início a criação de uma escola com doações que receberam na época de pessoas ilustres. A língua de sinais usada inicialmente na escola era francesa e, com o passar dos anos foi sendo modificada para se transformar na Língua Americana de Sinais.

Nasce então a primeira Faculdade para surdos nos Estados Unidos fundada por Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, em 1864. Edward passou a buscar conhecimentos em outros países e em outras instituições averiguando se seu método estava adequado. Quando voltou dessa viagem resolveu adotar o método de Oralismo e nessa Faculdade aconteceu o primeiro “treinamento em articulação e em leitura orofacial envolvendo alunos para expandir o conhecimento”.

Nesse mesmo ano em que foi instituído o Oralismo, Clerc, o precursor nos Estados Unidos veio a falecer em 1869, deixando esse “método como o principal meio para a educação dos surdos nos 80 anos seguintes” (POKER, 2001, p. 37).

A disseminação da educação dos surdos de acordo com Costa (2003), somente aconteceu a partir de 1878 através de Veditzque idealizou o I Congresso Internacional de Surdos-Mudos em Paris. Nessa época, ficou considerado que o melhor método desenvolvido para a educação dos surdos era feito através da articulação juntamente com leitura labial e passou a serem utilizados os gestos nas séries iniciais.

Foi então a partir do século XX e início do século XXI, que foram surgindo outras teorias que contribuiriam à educação de surdos na escola comum, enaltecendo a valorização da diversidade no contexto social para o surdo e reconhecimento do potencial de cada um. Os surdos, muitas vezes, foram usados, deslocados e colocados em situação de desconforto

social, que lhe causou muito sofrimento e tudo isso muito mais por não serem usuários de uma língua oral do que por serem surdos.

O que observamos fazendo esta retrospectiva é que muitos estudiosos defensores do Oralismo, depois de uma vida de tentativas, resolveram aceitar o uso da língua de sinais como possibilidade para o surdo.

4. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO AO SURDO NO BRASIL

A educação especial em nosso país no decorrer dos anos obteve a contribuição de diversos estudiosos, que com suas teorias apresentaram grandes resultados a respeito da educação de surdos na escola comum. Um fator que tem merecido análise por vários autores é o contexto em que se dá o atendimento para os alunos surdos, tanto no setor público quanto no privado. Quando discorre sobre o setor público Jannuzzi (1997), coloca como público, o oficial, cujo controle e mantenedor são: a União, Estados ou Municípios, devendo ser, portanto, gratuito.

Neste âmbito, encontram-se as classes especiais e salas de recursos nas escolas públicas. O privado ou particular é o setor administrativo, que é realizado por pessoa física e/ou jurídica, através de associações religiosas, filantrópicas, comunitárias ou empresariais, sendo, portanto, gratuita ou paga. Neste caso estão, por exemplo, As Pastorais dos Surdos, a Sociedade Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais APAES, que segundo Silva, citada por Jannuzzi (1997), em 2002 contava com 2.148 estabelecimentos em todo território nacional.

Somente a partir da segunda metade da década de 90, com a difusão da conhecida Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que passaram a oferecer serviços educacionais às pessoas com necessidades especiais. Desta maneira, a Educação Especial que por muito tempo foi trabalhada de forma paralela, foi ganhando proporção no campo educativo, redimensionando o seu papel, antes restrito apenas para algum tipo de aluno com determinadas necessidades especiais.

[...] A Educação Especial nesta quebra de paradigmas deve ser integrante da educação geral, uma vez deve ser quebrado o distanciamento nas ações dos professores do ensino comum e especial, eliminando a fragmentação que antes ficava cada qual na sua área sem a participação pedagógica efetiva no trabalho realizado um do outro (JANNUZZI, 1997, p. 75).

Neste entendimento, o autor coloca que ao tratar especificamente do ensino para as pessoas com deficiência auditiva/surdez, o ensino escolar realizado por meio da Língua Brasileira de Sinais – Libras devem ser trabalhadas como primeira língua (L1) e da Língua Portuguesa como segunda língua (L2), Para que esse ensino aconteça deve haver garantia, ao aluno de ter um tradutor/intérprete de Libras que o acompanhe em suas atividades escolares.

Para Miranda (2006), a educação especial deve atender às necessidades educacionais com o objetivo de proporcionar o aluno com deficiência auditiva/surdez, nas suas especificidades, a utilização de outra língua, que é viso-espacial. O autor coloca, que sem o uso de Libras não pode existir uma inclusão efetiva do aluno surdo, uma vez que o desenvolvimento da língua ocorre de forma natural em uma criança ouvinte, em relação à criança surda, este desenvolvimento depende da intervenção de profissionais preparados. Nesse caso, o professor a ela vinculado necessita ter uma habilidade distinta, como também todos os recursos devem ser especializados.

Nessa perspectiva, pode-se questionar qual conceito de aluno com necessidades especiais passa a visualizar, ter a percepção de que tudo o que se destina a sua educação deve fazer parte de um currículo comum.

Portanto, Educação Especial se constituiu originalmente como campo de saber e área de atuação, visando comportar métodos e técnicas especializados para inserir o aluno na classe regular, tornando-se um sistema de suporte permanente e efetivo e que estes alunos especiais se sintam realmente incluídos, bem como seus professores. A Educação Especial não deve ser concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender à diversidade de seus alunos.

4.1 PERCURSO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DA PASTORAL DOS SURDOS DE CURITIBA: UMA ENTREVISTA

Atendendo a solução para a escassez de material científico para atender a especificidade de nossa pesquisa acadêmica, optamos por realizar essa breve entrevista com Rafael Cunha, Coordenador da Pastoral dos Surdos de Curitiba e, nessa oportunidade o questionamos sobre como se iniciou a Pastoral dos Surdos de Curitiba. Abaixo segue a transcrição da entrevista:

Antes de fundar a Pastoral dos Surdos, havia a Comunidade Epheta. Essa Comunidade se formava dentro da Escola Epheta. Sempre no último domingo de cada mês, reuniam-se surdos jovens, adultos, e até idosos. Fazíamos palestras, dinâmicas, orações e até passeios. Participávamos da missa na Paróquia “Sagrado Coração de Jesus”. Algum tempo depois, surdos procuraram e pediram para conversar com o Bispo Dom Pedro Fedalto, solicitaram um Padre para atender a Comunidade Surda. O Bispo, então, decidiu marcar uma missa para os surdos e apresentou um seminarista: Ricardo. Nesse momento o Bispo disse: – “Esse vai ser o Padre de vocês” – Todos vibraram de felicidade! Mais tarde, ele foi ordenado diácono e, no dia 31 de janeiro de 1999, tornou-se Padre. No referido ano começou a surgir a Pastoral dos Surdos de Curitiba. A Comunidade Surda foi transferida para a Catedral, onde ficamos por dois anos. Antes estávamos na Capela Imaculada Conceição. Depois o Padre Ricardo foi promovido como pároco da Paróquia São Francisco de Paula. Neste período, o Padre surdo Wilson (atual Padre da Pastoral dos Surdos de Curitiba) já estava estudando no seminário. No ano de 2006, ele foi ordenado diácono e, no dia 26 de novembro de 2006, o Padre Wilson Czaia foi ordenado Padre. Um ano depois fundaram a Paróquia “Nossa Senhora da Ternura” e nomearam o Padre Wilson como pároco desta Paróquia. Padre Wilson Czaia foi ordenado Padre na Paróquia “São Francisco de Paula”, no dia 26 de novembro de 2006. Depois desta Paróquia fomos transferidos novamente para a Paróquia Santa Isabel (ENTREVISTA, 2018).

Todo relato do coordenador da Pastoral dos Surdos de Curitiba demonstra que havia certos eventos distribuídos no último domingo do mês que atendiam aos surdos, através da Escola Epheta, uma das poucas escolas que atendiam aos surdos na época. Mas do esforço de algumas personalidades eclesiais, junto à comunidade, surgiu a instituição Pastoral dos Surdos de Curitiba, a exemplo de inúmeras outras espalhada pelo país, nas quais inúmeras crianças, jovens e adultos são atendidos.

5. A PESQUISA

A pesquisa abarcará, além da análise bibliográfica por meio de revisão de literatura, de cunho qualitativo e exploratório, um questionário aplicado em campo com o público atendido na Pastoral dos Surdos de Curitiba.

Como projeto voltado ao campo do trabalho do Tradutor e Intérprete de Libras no contexto da Pastoral dos Surdos, a proposta desta pesquisa é pela ótica de um dado real apontar as principais dificuldades e barreiras encontradas nesse processo, sendo essas primícias relatadas pelo próprio público contemplado. Dessa forma, contribuir para a atuação dos profissionais de Libras que são tão importantes na atualidade.

Outra perspectiva importante do projeto é poder avaliar a opinião desses sujeitos da pesquisa com relação a Libras, afinal, é do conhecimento de todos que este saber é importante, todavia, pretendemos indicar melhores caminhos a serem seguidos pelos TILS que possam contribuir com o seu trabalho na Pastoral.

6. ANÁLISE DOS DADOS

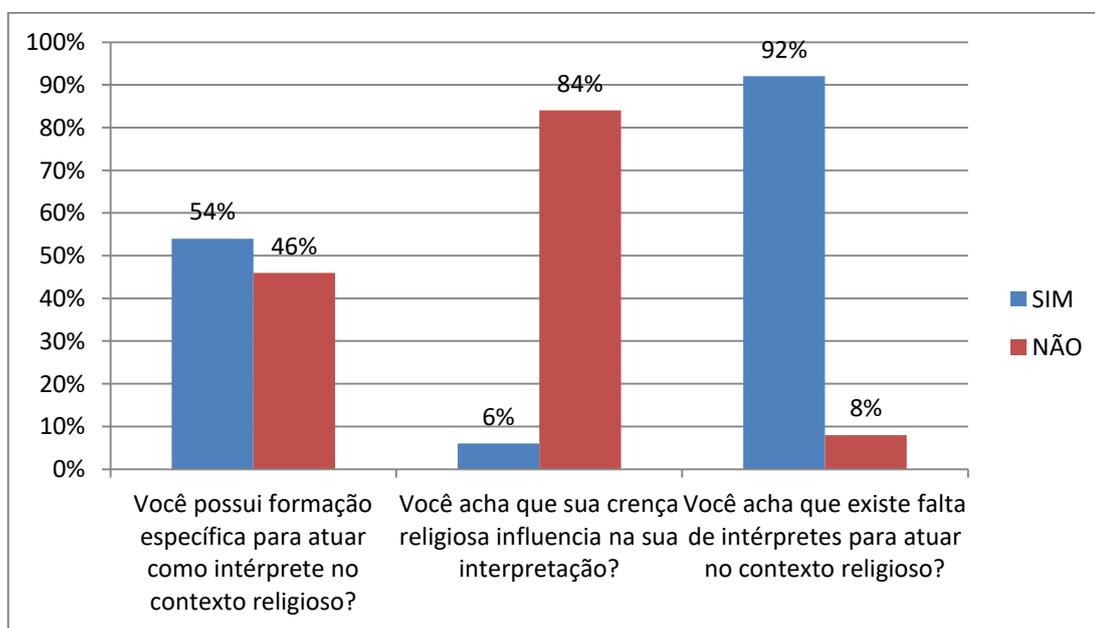
Com o diagnóstico realizado, efetuamos uma pesquisa com 13 voluntários que atuam como TILS na pastoral dos surdos por meio de entrevista semiestruturadas com a utilização de questionário de perguntas, pelo qual os mesmos expressam sua opinião com relação à realidade dos TILS e de Libras na instituição religiosa.

Após a coleta dos dados foi feita a tabulação dos mesmos, que consiste na organização das informações que foram recolhidas. A partir da tabulação e da expressão dos resultados obtidos por meio da pesquisa com o público alvo tivemos uma visão dos principais entraves enfrentados pelos TILS no trabalho com educandos surdos perante a Libras. Com a tabulação dos dados foi possível obter um perfil da visão que os TILS voluntários na Pastoral dos Surdos têm do assunto em questão, bem como, traçar também o perfil dos profissionais pesquisados. Seguem os resultados da pesquisa que foram tabulados através de gráficos por meio do programa Microsoft Word.

Nos gráficos, a seguir, discutimos o resultado dos questionamentos mais relevantes para essa pesquisa. Nesse caso, reunimos 3 (três) perguntas:

- 1) “Você possui formação específica para atuar como intérprete no contexto religioso?”
- 2) Você acha que sua crença religiosa influencia na sua interpretação?
- 3) Você acha que existe falta de intérpretes para atuar no contexto religioso?”

GRÁFICO 01 - OS TILS NO CONTEXTO RELIGIOSO



Fonte: A Autora (2018)

Diante dos questionamentos direcionados aos Tradutores e Interpretes de Libras, evidenciamos que, quanto à formação para atuar no contexto religioso, há um discreto equilíbrio nas respostas. O que demonstra a heterogeneidade dos percursos formativos de cada TILS. Entretanto, cabe ressaltar que a maioria de 54% tem formação acadêmica na área de atuação.

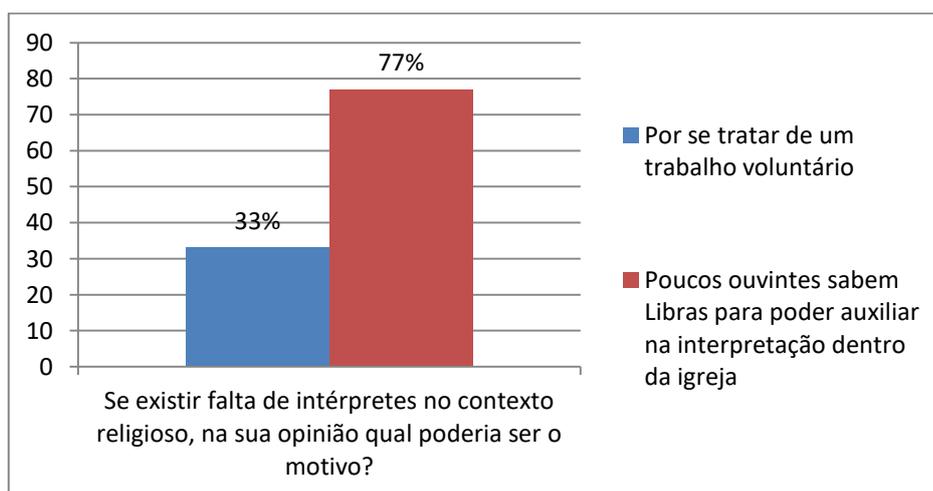
A grande maioria, 84% dos TILS da Pastoral, não considera que seja necessário o quesito crença religiosa para que haja uma melhor performance destes voluntários. Tal resultado corrobora com a visão da academia, que preceitua a busca pelo senso científico, obviamente sem desconsiderar nem a fé ou crença daquele que a professa.

O resultado mais expressivo, ao contrastarmos as opiniões, deu-se quando o assunto foi a escassez de TILS para atuarem nas Pastorais, ou nos demais espaços de contexto religioso. Em um universo de 13 indivíduos, 92% dos intérpretes evidenciam essa triste realidade. Sabemos que a dedicação ao trabalho totalmente voluntário exige muito daquele que se doa a tal caridade. Contudo, também temos que ilustrar que a possibilidade de premiar os TILS que são nada menos que verdadeiros profissionais naquilo que fazem. Se coubesse uma sugestão.

Nesse sentido, seria que instituíssem parcerias entre as Pastorais (Igreja) e o Poder Público, capacitando todos os TILS atuantes nessas Instituições Religiosas e categorizando seu trabalho dentro de um Plano de Carreira compatível com suas atribuições laborativas.

Esse fator foi corroborado pelos dados que abordaremos, na sequência, nos quais focaremos nos eventuais motivos para a escassez de TILS nas pastorais, no que parece uma resposta que pode figurar como adjunta ao terceiro questionamento do primeiro gráfico.

GRÁFICO 02 – OS MOTIVOS DA FALTA DE TILS NAS PASTORAIS RELIGIOSAS

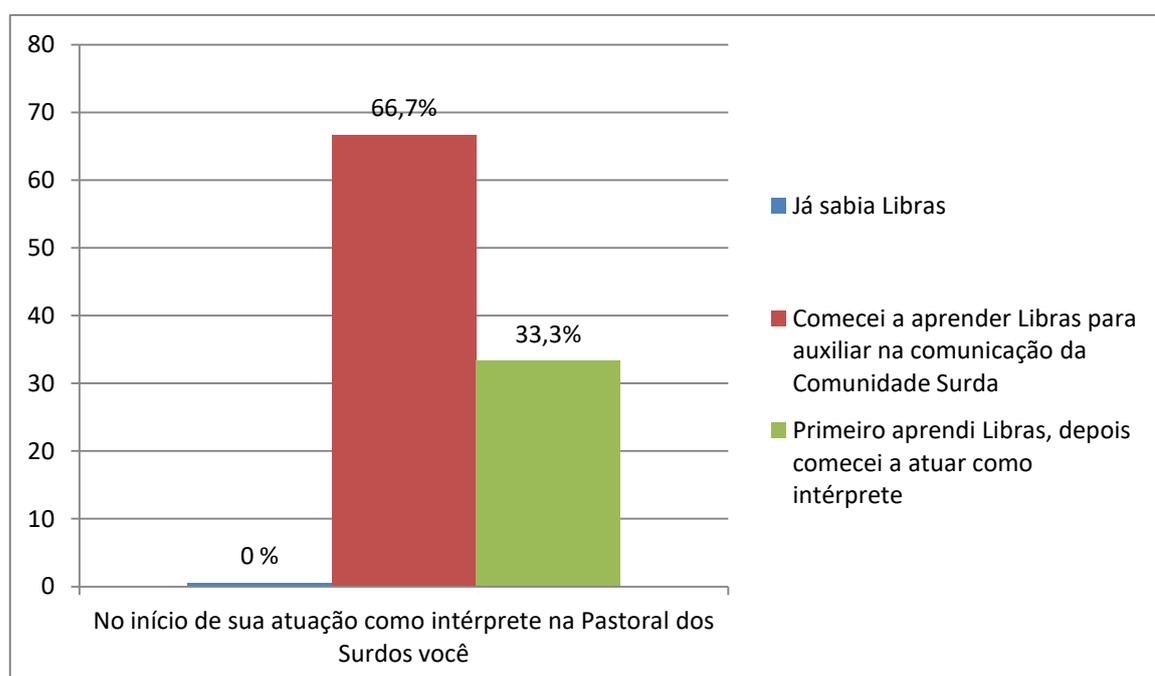


Fonte: A Autora (2018)

Como dissemos anteriormente, a questão da voluntariedade tem certo peso o que tange à falta de TILS no contexto religioso; contudo, a causa maior estaria relacionada ao fato de haverem poucos ouvintes que sabem Libras, o que dificulta a interpretação nesse sentido. Tal circunstância reafirma a necessidade de parcerias das pastorais com outras instituições que pudessem desenvolver um programa de formação continuada que envolvesse a toda comunidade extensiva a Pastoral.

A seguir, visualizaremos o tópico sobre a atuação dos TILS na Pastoral e como ocorreu seu contato com a Libras.

GRÁFICO 03 – A ATUAÇÃO DOS TILS NA PASTORAL E O CONTATO COM A LIBRAS



Fonte: A Autora (2018)

Como é possível verificar nenhum dos TILS era proficiente em Libras anteriormente a sua respectiva atuação na Pastoral dos Surdos. Em suma, a ampla maioria (66,7%) iniciou seus estudos em Libras para poder auxiliar na competência comunicativa. A outra parcela, que aprendeu Libras antes de atuar na Pastoral fez um total de 33,3%; entretanto, essa parcela deve ser ressaltada, pois ajudaram muito durante o período de estudos dos demais.

Ainda no cenário da pesquisa, diante de um questionamento em forma de resposta aberta, perguntamos: A Pastoral dos Surdos faz uma preparação para a interpretação dos

eventos relacionados a igreja? Se sim, como acontece? Em decorrência à pergunta, descreveremos, a seguir, as respostas dos entrevistados, das respostas obtidas, reunimos:

“Não sei”; “No meu caso não”; “Não”; “Curso acelerado de idiomas (Obs.: todas as reuniões acontecem em língua de sinais sem necessidade de interpretação). Todos os membros são treinados e preparados para se comunicar exclusivamente em língua de sinais”; “Estudamos a liturgia”, “sim, antes das missas se reúnem e organizam o que for necessário, para o ato de interpretar as missas”; “Geralmente nós nos preparamos individualmente em casa, e se surgir alguma dúvida nós entramos em contato umas com outras e nos ajudamos. Porém durante os eventos ou missas nós trabalhamos em equipe, um ajuda o outro”; “Não, é muito raro e depende de cada Pastoral”; “Não, buscamos formação para interpretação religiosa. No grupo, a coordenadora avisa sobre roupas para o dia, mas não há uma formação tão específica”; “Realizando cursos. Eventos em que participam surdos e ouvintes”.

As respostas elencadas, cada uma entre aspas, demonstram uma urgente necessidade de se instituir uma formação que integrasse o público atendido à cultura religiosa da Pastoral. Contudo, há também o reconhecimento, na fala que diz que é uma prática a realização de cursos e eventos que envolvam surdos e ouvintes.

Em outra pergunta, interpelamos: Como você acha que o público alvo vê o intérprete na igreja? A unanimidade respondeu que encara o TILS como um Integrante da igreja, e não como um Profissional.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa nos leva a entender que o percurso histórico dos surdos nos proporcionou a oportunidade de compreender o processo de construção da Libras, e principalmente ensino de língua no contexto religioso brasileiro, com o recorte voltado para a atuação dos TILS na Pastoral dos Surdos de Curitiba.

A persistência na inclusão do surdo na sociedade não é de hoje. Os surdos brasileiros nunca deixaram de lutar pelos seus direitos, de existir e de ser considerados cidadãos. A conquista da criação das Leis de nº 10.436 e 10.098, do ano de 2002 e, também do Decreto nº 5.626, no ano de 2005, permite a abertura de novas conquistas para essas pessoas.

Os surdos encontram-se acolhidos na Pastoral, contudo o ideal seria que os ouvintes também tivessem formação em Libras, assim como o restante da comunidade, inclusive os padres, visto que a comunicação é feita por meio do intérprete. O grupo de TILS da Pastoral dos Surdos vem tendo um decréscimo continuamente, por conta de variados fatores; ao exemplo do sentimento de não acolhimento, a falta de uma política de capacitação integrada, bem como a questão do voluntariado sem remuneração ou carreira são quesitos que contribuem para a situação.

Ainda que consideremos o número diminuído de voluntários na Pastoral dos Surdos, mesmo considerando todas as dificuldades registradas, verificamos a iniciativa de dar segmento às atividades, bem como o comprometimento do grupo dos TILS em prosseguir na iniciativa.

A vida social e religiosa do surdo são eventos culturais, atividades que podem ser desenvolvidas na Pastoral dos Surdos de Curitiba. Portanto, evidencia-se que ao permanecer em meio a tais intercorrências que ocorrerão na integração sociocultural, o que auxiliará no desenvolvimento de toda comunidade atendida na Pastoral.

Nesse viés, surdos e ouvintes poderão estar não somente incluídos, mas também integrados, a fim de que se desenvolvam vínculos, sociais, religiosos, esportivos, educacionais; enfim, para que os diversos aspectos da sociedade estejam disponíveis também aos surdos, não somente por meio da obrigação das leis ou do trabalho voluntário das Pastorais ou Organizações não Governamentais.

REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Bernadete Marques; FIAD, Raquel Salek; SABINSON, Maria Laura T. Mayrink. *Cenas de aquisição da escrita: o sujeito e o trabalho com o texto*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

BORGES, F. A. *Institucionalização (Sistemática) das Representações Sociais Sobre a “Deficiência” e a Surdez: relações com o ensino de Ciências/Matemática*. Dissertação de Mestrado. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2006. 155pp.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil. Subchefia para Assuntos jurídicos. **Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005**.

BOTELHO, Paula. **Segredos e Silêncios na Educação dos Surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

COSTA, D. A. F. **Linguística e Surdez: compreendendo a singularidade da produção escrita de sujeitos**. *Rev. Psicopedagogia*; 20 (62): 94- 106, 2003.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília: CORDE, 1994.

EFFATA - Pastoral dos Surdos Nacional Pastoral do Surdo Nacional. **A pastoral: Nossa História**. disponível em

<<http://www.pastoraldosurdo.org.br/index.php?id=7&arg=historia&n=Nossa%20hist%C3%B3ria&t=A%20pastoral>>. Acesso em: 06 de abril de 2018

ENTREVISTA, **Relato do Coordenador da Pastoral dos Surdos de Curitiba - Rafael Cunha**. Realizada pela autora em 03/05/2018.

GIORDANI, L.F. “Encontros e desencontros da língua escrita na educação de surdos”. *In*: A.C.B. LODI *et al.* (orgs.). **Leitura e escrita no contexto da diversidade**. Porto Alegre, Mediação, p. 73-85, 2004.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. Campinas/SP: Editores Associados, 1992.

LIBRAS: **Oralismo, Bilinguismo e comunicação**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/miassis/oralismo-bilinguismo-e-comunicacao>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

LUCHESE, M.R.C. **Educação de Pessoas Surdas. Experiências vividas, histórias narradas.** Campinas: Papirus, 2003 (Série Educação Especial).

MIRANDA, Theresinha Guimarães. **Educação profissional de pessoas portadoras de necessidades especiais.** Caderno CRH, Salvador. 2006.

PEREIRA, M.C. “Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos”. *In:* A.C.B. LODI *et al.* (orgs.). **Letramento e minorias.** Porto Alegre, Mediação, p. 47-55, 2003.

POKER, Rosimar Bortolini. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta educacional.** UNESP, 2001.

QUADROS, Ronice Müller. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa**, 1ª. ed. Brasília: SEESP, 2004.

_____. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem.** Porto Alegre, Artmed, 128 p., 1997.

REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Inclusão.** Secretaria da Educação Especial, out.2005;jan./jul.2010

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo.** São Paulo: Cortez, 2012.

SVARTHOLM, K. **Aquisição de segunda língua por surdos.** Revista Espaço, junho 1998.

SVARTHOLM, K. **Como leerles a lossordos?.** Disponível em: www.sitiodesordos.com.ar. Acesso em: abril, 2017.

SILVA, N. M. **Educação e Surdez – A inclusão na escola regular e a formação do professor.** CEACD/SINOP – UNEMAT. SINOP: UNEMAT, 2003.

SILVA, César Augusto Da. **Igreja Católica e Surdez: Território, Associação e Representação Política.** *In: Revista Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 32(1): 13-38, 2012.

STROBEL, K. *As imagens do Outro Com a Cultura Surda.* Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

THOMA, Adriana; LOPES, Maura. **A invenção da surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação.** Santa Cruz, RS: Edunisc, 2002.